

1. INTRODUÇÃO

O relatório consolidado do FIPAG tem como objetivo divulgar, com transparência e rigor, os processos de criação de valor económico assim como os respetivos resultados e as práticas de boa governação. De modo a contextualizar a evolução do desempenho do FIPAG o relatório inclui, quando relevante, informação relativa aos anos transatos.

O relatório foi elaborado tendo como referência as normas aplicáveis e as diretrizes globalmente reconhecidas, nomeadamente: (i) Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS); (ii) Plano Geral de Contabilidade baseado nas NIRF's; (iii) Estatuto Orgânico do FIPAG; (iv) Regulamento do FIPAG, e outra legislação geral e específica do sector de águas.

O custo dos inventários consumidos é valorizado ao custo médio ponderado (CMP). A utilização deste critério de valorização pode originar volatilidade nos resultados em momentos de oscilação dos preços dos materiais e produtos químicos para tratamento de água, através de ganhos ou perdas em stocks, sem que tal traduza o desempenho operacional. Este efeito é designado por efeito stock. Outro factor que pode influenciar os resultados, sem ser um indicador que traduza o desempenho no período, é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado.

Com o objetivo de avaliar o desempenho operacional do FIPAG, divulgamos os resultados das demonstrações financeiras preparadas na base dos princípios de contabilidade geralmente aceites. Os eventos não recorrentes são adequadamente divulgados no caso da sua ocorrência. O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alteração dos Capitais Próprios e o Fluxo de Caixa foram sujeitos a auditoria.

Relativamente à informação não financeira, a metodologia de consolidação e relato da informação, abrange todas as actividades desenvolvidas na vertente operacional (Áreas Operacionais e Direcções Regionais) e fundo (fundo de investimento). Sem prejuízo do que precede, e sempre que o interesse dos stakeholders assim o justifique, é apresentada também informação de actividades não operadas directamente pelo FIPAG, no caso concreto, Águas da Região de Maputo,

uma vez que o FIPAG detém uma participação de 73%.

O FIPAG pretende que a informação prestada nos seus diferentes canais de comunicação, gere a confiança necessária para apoiar a tomada de decisão dos stakeholders em relação à instituição e, para tal, submete o conteúdo deste relatório a uma verificação externa, independente e acreditada pela, Ernst & Young.

2. MENSAGEM DO DIRECTOR GERAL

Terminamos mais um ano com resultados bastante positivos e encorajadores, apesar dos desafios derivados da conjuntura macro-económica mundial e da situação hidrológica severamente adversa, resultante da falta de chuvas que se tem registado nos últimos dois anos ao longo da bacia do Umbeluzi na zona sul do país, e que afectaram a estrutura da programação de investimentos e a fiabilidade dos serviços prestados principalmente à população da Área Metropolitana do Maputo respectivamente.

Não obstante os resultados alcançados, ainda subsistem enormes desafios em algumas áreas que merecem particular destaque, com impacto nos resultados comerciais e financeiros e contínua satisfação dos consumidores, enquanto que expostos a novas realidades colocadas pelas questões estruturais e ambientais.

Temos que melhorar cada vez mais a disciplina e racionalidade das despesas. As exigências na gestão dos serviços e sua fiscalização são crescentes. A disciplina na gestão de custos e o seu relato estão a ser uma preocupação crescente e carecem de esforço adicional na contenção de despesas face a situação macroeconómica que o país enfrenta e a desvalorização do metical face a outras moedas internacionais, como dolar (USD) e o Rand (ZAR).

Apesar das adversidades, um marco importante foi registado ao longo de 2017, que consistiu na conclusão, com êxito, das obras do centro distribuidor de Inhamitua na Cidade da Beira, cuja inauguração teve a honra de ter sido marcada pela presença de Sua Excia, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique.

Na esfera da provisão do serviço, prevalece o desafio da mobilização de recursos para o aumento

de infraestruturas visando mitigar restrições às populações ligadas a rede de distribuição de água existente, assim como da cobertura da demanda emergente da expansão dos assentamentos urbanos ao nível das principais cidades e vilas sob a gestão delegada ao FIPAG.

A robustez do modelo de negócio do FIPAG assenta em recursos humanos de elevada qualidade, cuja entrega abnegada é de assinalar. É neste contexto que a empresa continua a valorizar as pessoas como o factor de produção mais importante, daí o enfoque no desenvolvimento de acções que visam a valorização das suas competências e habilidades. Nesse quadro, ao longo do exercício findo em 2017 foram realizadas 16 acções de formação, das quais destacam-se as orientadas para Financiamento de Serviços Públicos, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água, Implantação do Sistema Pré-Pago, Gestão de Processos Comerciais, Liderança e Gestão de Equipas de entre outras da capital importância ao desenvolvimento de competências técnicas e profissionais.

Com o nível de competências adquiridas, temos que atender à pressão proveniente da dinâmica dos clientes uma vez que a magnitude da demanda e estrutura da expansão dos serviços face aos desafios do Plano Quinquenal do Governo, exige uma velocidade na mobilização de financiamentos, associando aos investimentos, na melhoria das fontes alternativas de captação e tratamento da água, para que se possa satisfazer a demanda actual e futura do precioso liquido.

Caros colegas é motivo para nos afirmarmos, pois os próximos anos são de enormes desafios e vão exigir cada mais dedicação de todos nós.

Para terminar, agradecemos a colaboração de S.Excia, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, pelo acompanhamento directo e aconselhamentos importantes, que permitiram a materialização dos diversos objectivos propostos. Agradecer a prestação importante do CRA e colaboradores do FIPAG, parceiros de cooperação, organismos públicos e privados pela entrega para o alcance dos objectivos.

O Director Geral



RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA		INFORMAÇÃO SOBRE BOA GOVERNAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Âmbito de actuação do Auditor	Auditoria às Demonstrações Financeiras	Verificação da inclusão da informação não financeira, exigível nos termos da lei	Garantia razoável de fiabilidade	Verificação de inclusão de informação do relato sobre boa governação	Verificação da consistência das demonstrações financeiras com outras informações complementares



RELATÓRIO e CONTAS 2017

3. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias do FIPAG – Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, na sua alínea d) do artigo 14, o Conselho Fiscal do FIPAG, analisou o Relatório e Contas do Exercício de 2017 e as respectivas demonstrações financeiras, devidamente auditadas pela Ernst & Young, para os quais a análise do seu conteúdo mereceu-nos as seguintes observações:

O Conselho Fiscal congratula-se com as actividades desenvolvidas pelo FIPAG, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2017, descritas no Relatório e Contas, nomeadamente o crescimento global do estabelecimento de ligações domiciliárias e construção de fontanários, tendo sido para o efeito estabelecidas 15.884 novas ligações domiciliárias e construídos/reabilitados 6 sistemas de abastecimento de água beneficiando mais de 658.625 pessoas, sendo 340.545 mulheres.

O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRFs) e reflectem de forma correcta a situação financeira do FIPAG, em 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal endereça igualmente apreço pela colaboração prestada pelos auditores independentes na verificação das demonstrações financeiras da empresa referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal chama atenção para a necessidade de prosseguirem os esforços para melhoria da eficiência operacional, através da tomada de medidas mais vigorosas para fazer face ao desafio de melhorar os níveis de satisfação dos consumidores, facturação e cobrança, bem como a redução de perdas, com vista a conferir maior rentabilidade a empresa.

De acordo com a análise efectuada aos documentos apresentados pela Direcção e face ao exposto, o Conselho Fiscal é do parecer que seja:

- Aprovado o relatório e contas ao exercício de 2017;
- Endereçando um voto de confiança a Direcção e aos Trabalhadores do FIPAG, pela competência, empenho e zelo com que exerceram as suas funções durante o exercício em análise.

22 de Junho de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente

Manuel Joaquim Matavele

1º Vogal

Samu Américo Dique

2º Vogal

Rosana Camoral



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 388,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young.ey.com
NUIF:400 006 245
www.ey.com

4. RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras do Fipag - Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

BASES PARA A OPINIÃO

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DIRECTIVO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Directivo é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho Directivo é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho Directivo tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho Directivo é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consider-

adas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho Directivo.

Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho Directivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações.

Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho Directivo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos o Conselho Directivo que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos o Conselho Directivo, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Manuel Marques Relvas.

ERNST & YOUNG, LDA

Sociedade de Auditores Certificados



Manuel Marques Relvas (Auditor Certificado N° 5)

Maputo, 26 de Junho de 2018



RELATÓRIO e CONTAS 2017

5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Direcção do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, adiante designado por FIPAG é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações Financeiras que compreendem o balanço, demonstração de resultados, demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo a 31 de Dezembro de 2017 de acordo com a base de preparação descrita na Nota abaixo.

A Direcção do FIPAG é igualmente responsável por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais devidas a fraude ou erro e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. A Direcção do FIPAG é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

A Direcção do FIPAG efectuou uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar que o negócio irá operar segundo o pressuposto da continuidade no futuro próximo.

As demonstrações financeiras anuais do FIPAG conforme mencionado no primeiro paragrafo, foram aprovadas pelo Conselho Directivo a 20 de Junho de 2018 e vão assinadas em seu nome por:

Director de Administração e Finanças

Director Geral

Assinatura
Assinatura

6 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2017, o Metical registou uma recuperação face as principais moedas, nomeadamente o USD, EUR e ZAR. Decorrente desta situação, os encargos de juros no exercício de 2017 foram de 56.396.014,00 meticais, sendo que em 2016 tinham sido de 68.011.298,00 meticais, portanto uma redução de 17,65%. Importa realçar ainda, que em 2016, foram registados perdas cambiais no valor de 818.534.570,00 meticais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, situação que contribuiu significativamente no Resultado Líquido negativo ocorrido em 2016 no valor de 961.561.546,00 meticais. No exercício anterior, o Resultado Líquido expurgado dos efeitos de eventos não recorrentes é de 143.026.976,00 meticais negativos. Em 2017, o FIPAG registou uma recuperação dos resultados, encerrando o exercício com um resultado líquido negativo de 133.609.539,00 meticais. O câmbio médio mensal de USD em Dezembro de 2016 era de 72,3 meticais, sendo que em Dezembro de 2017 foi de 60,00 meticais.

O EBITDA do exercício de 2017 foi no valor de 324.296.529 meticais, sendo que para 2016 foi de 359.118.624,00 meticais, representando um decréscimo correspondente a 9,7%. Esta variação é resultante do aumento das tarifas de electricidade e preço de combustível ocorridas no ano. Em 2016, os custos de electricidade foram no montante de 213.802.551,00 meticais contra 136.918.640,00 meticais em 2016, representando uma variação absoluta de 76.883.911,00 meticais.

Os custos totais de operação (incluindo as depreciações, amortizações e provisões) para 2017, foram no montante de 1.925.905.872,00 meticais, sendo que em 2016 foram no valor de 1.873.159.429,00 meticais. O crescimento registado na estrutura de custos de 2,8% está relacionado com o aumento do tarifário de energia, combustíveis e associado aos custos de extensão de rede nas Áreas Operacionais de Nampula, Nacala e Cuamba. Os proveitos referentes a venda de água são no valor de 1.231.030.543,00 meticais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Tabela 2: Valores expressos em Meticais

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Venda de bens e serviços	1.853.545.468	1.594.221.402
Custos dos investimentos vendidos ou consumidos	(186.529.333)	(154.684.395)
	1.667.016.135	1.439.537.007
Gastos com pessoal	(636.989.474)	(626.155.361)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(687.407.573)	(575.608.471)
Amortizações do exercício	(375.736.591)	(371.601.412)
Provisões	(20.920.342)	(140.578.748)
Imparidade de contas a receber	(1.954.500)	(4.531.042)
Outros ganhos e perdas operacionais	(16.418.059)	125.876.491
	(1.739.376.539)	(1.592.598.543)
Resultados operacionais	(72.360.404)	(153.061.536)
Rendimentos financeiros	8.928.212	73.759.970
Gastos financeiros	(70.177.347)	(882.259.980)
Resultados financeiros	(61.249.135)	(808.500.010)
Resultados antes de impostos	(133.609.539)	(961.561.546)
Impostos sobre rendimentos	-	-
Resultados líquidos do período	(133.609.539)	(961.561.546)

VENDAS DE BENS E SERVIÇOS

Em 2017 as Vendas de Bens e Serviços registaram um aumento de 16,27% face ao período homólogo de 2016. Desta forma, os proveitos atingiram um valor de 1.853.545.468,00 meticais, sendo que, em 2016 foram no valor de 1.594.221.402,00 meticais. O peso das contribuições por cada categoria de proveitos é a seguinte: (i) Vendas de Água - 66,43%; (ii) Renda Variável - 14,03%; e (iii) Serviços - 19,54%. Em 2016, o peso relativo dos proveitos foi a seguinte: (i) Vendas de Água - 71,71%; (ii) Renda Variável - 12,04%; e (iii) Serviços - 16,25%.

Os proveitos de Venda de Água registaram um crescimento de 7,70% (1.143.647.307,00 meticais em 2016 para 1.231.030.543,00 meticais em 2017) explicado pelo aumento do volume facturado (de 47,36 milhões de m³ em 2016 para 50,07 milhões de m³ em 2017) e ajustamento tarifário com efeitos a 01 de Outubro de 2016 (Resolução nº 1/2016 de 15 de Agosto) do Conselho de Regulação de Águas e aumento do volume vendido. A estrutura tarifária aprovada tinha como objectivo: (i) contribuir para o alcance da sustentabilidade económica financeira das empresas de abastecimento de água; (ii) viabilizar a extensão do serviço de forma acessível para as famílias de baixa renda; e (iii) permitir sustentar o serviço da dívida pelos créditos para investimentos.

Os proveitos de Renda Variável registaram um crescimento significativo em 2017, situação que provocou a decréscimo do peso dos proveitos de Venda de Água de 71,71% em 2016 para 66,43% em 2017. Contribuiu para este crescimento a Renda Variável (192.893.165,00 meticais em 2016 para 260.650.955,00 meticais em 2017).

CUSTOS DE MEIOS CIRCULANTES MATERIAIS VENDIDOS OU CONSUMIDOS

os custos com meios circulantes materiais consumidos, registaram um acréscimo de 20,59% explicado essencialmente pela consumo de tubagem para obras de extensão da rede nas áreas operacionais de Nacala, Nampula e Cuamba.

5.5 Gastos com Pessoal - Os gastos com pessoal registaram um crescimento de 7,56%, tendo passado de 626.155.261,00 meticais em 2016 para 636.939.474,00 meticais em 2017. O crescimento é explicado ajustamento decretado pelo Governo para salário mínimo em 5%, ajustamento geral de 500 meticais/trabalhador e enquadramentos ocorridos a diversos níveis que beneficiaram 181 colaboradores.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Os custos com fornecimentos e serviços de terceiros apresentam um acréscimo de 19,42% é resultante do crescimento dos custos associados ao consumo de: (i) electricidade em 55,47% (representando 76.883.911,00 meticais) devido a aumento tarifário do provedor do serviço; e (ii) combustíveis em 16,91% (equivalente a 6.700.478,00 meticais).



RELATÓRIO e CONTAS 2017

GASTOS FINANCEIROS

Esta conta regista os encargos com juros de empréstimos no valor de 56.396.014,00 (representando 80,36% do saldo da conta) dos quais 55.184.721,00 meticais referentes a empréstimos para investimentos de infra-estruturas de abastecimento de água e 1.211.293,00 meticais referentes a empréstimos de curto prazo provenientes de contratos de locação financeira, despesas bancárias diversas e diferenças cambiais desfavoráveis. Comparativamente ao exercício de 2016, os gastos financeiros reduziram em 92,05% explicado pela estabilização do metical face ao USD, EUR e ZAR. No exercício de 2016, o câmbio de USD/MT era de 72,30 sendo que a 31 de Dezembro de 2017, o câmbio foi de 59,26 meticais. As perdas cambiais registados no exercício de 2016 foram no valor de 818.534.569,69 meticais.

7. EVENTOS NÃO RECORRENTES

Durante o exercício de 2017, não houve qualquer ocorrência anormal, digna de ser registada como evento não recorrente. Desta forma, o resultado líquido de 2017 não foi corrigido. Contudo, o exercício de 2016 foi caracterizado por uma desvalorização acentuada do Metical face às principais moedas (USD, EUR e ZAR). Esta situação provocou um aumento generalizado nos preços com uma inflação média anual de 25,26% contra 10,55% de 2015.

O câmbio médio mensal de USD em Dezembro de 2016 era de 72,3 meticais, sendo que em Dezembro de 2015 foi de 45,12. Esta situação gerou perdas cambiais nas contas relacionadas com os empréstimos contraídos em moeda estrangeira no valor de 818.534.569,69 meticais. Sem este evento que consideramos fora dos padrões normais de comportamento do Metical, portanto, não recorrente, o resultado líquido seria de 143.026.976,00 meticais conforme o detalhe tabela 3.

No final do exercício de 2017, o activo fixo líquido no valor de 16.181.776.772,00 meticais, revela um crescimento de 9,47% comparativamente ao final do exercício de 2016 como consequência de investimentos realizados durante o ano, especificamente para as obras da Conduta Aduora Corumana-Machava.

A dívida líquida no final de 2017 no valor de 9.360.577.092,00 meticais, revela um crescimento de 5,49% comparativamente ao exercício de 2016. Este crescimento é resultado de financiamento para as obras da Área Metropolitana de Maputo.

SERVIÇO DA DÍVIDA

No que respeita ao cumprimento das obrigações decorrentes do serviço da dívida dos investimentos realizados com recurso aos Empréstimos do Banco Mundial, Agência Francesa de Desenvolvimento e Governo Holandês, no ano de 2017, foram reembolsados e pagos um total USD 3 793 784.79 (correspondente a 246.956.011,00 MZM, sendo 191.771.290,00 meticais de amortização de capital e 55.184.721,00 meticais de encargos com os juros),

referentes ao serviço de dívida do período de Janeiro a Dezembro. Até à presente data, o FIPAG efectuou pagamentos de serviço da dívida no total de **1.197.956.692,22 MT**, conforme a tabela seguinte:

ANO	MONTANTE REEMBOLSADO EM METICAIS
2011	104.400.000,00
2012	88.745.241,00
2013	134.039.158,79
2014	182.789.231,00
2015	184.000.466,96
2016	257.026.582,87
2017	246.956.011,60
Total	1.197.956.692,22

8. BALANÇO

Tabela 4: Valores expressos em meticais

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Activos não correntes		
Activos tangíveis	8.330.080.388	8.212.609.331
Activos intangíveis	108.644.536	91.345.090
Outros activos financeiros	7.743.051.848	6.478.171.383
Total dos activos não correntes	16.181.776.772	14.782.125.804
Activos correntes		
Inventários	172.532.789	138.295.126
Clientes	1.356.813.480	961.042.681
Outros activos financeiros	736.149.032	858.243.461
Outros activos correntes	624.507.263	969.445.890
Caixa e equivalentes de caixa	1.198.533.378	841.442.511
Total dos activos correntes	4.088.535.942	3.768.469.669
Total do activo	20.270.312.714	18.550.595.473
Capital próprio e passivos		
Capital próprio		
Reserva de conversão	(672.595.848)	(672.595.848)
Fundos internos	2.396.361.597	2.384.667.281
Fundos externos	7.678.042.847	7.330.790.305
Fundo para activos tangíveis	4.817.608.507	4.168.256.858
Resultados acumulados	(4.374.605.320)	(3.413.043.772)
Resultado líquido de exercício	(133.609.539)	(961.561.548)
Total do capital próprio	9.711.202.244	8.836.513.276
Passivos não correntes		
Empréstimos obtidos	8.792.360.646	7.814.718.048
Outros passivos financeiros	31.267.798	445.547.256
Total dos passivos não correntes	8.823.628.444	8.260.265.304
Passivos correntes		
Empréstimos obtidos	190.700.398	246.956.012
Fornecedores	125.720.429	91.884.649
Outros passivos financeiros	1.367.126.644	1.052.820.961
Outros passivos correntes	51.934.555	62.155.272
Total dos passivos correntes	1.735.482.026	1.453.816.894
Total dos passivos	10.559.110.470	9.714.082.198
Total do capital próprio e dos passivos	20.270.312.714	18.550.595.473



RELATÓRIO e CONTAS 2017

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Tabela 5: (Valores expressos em Meticais)

	Fundos internos	Fundos externos	Fundo de activos tangíveis	Reserva de conversão	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2016	2.186.274.119	7.230.846.557	2.323.211.674	(672.595.848)	(3.261.780.726)	(151.263.046)	7.654.692.730
Regularização do Exercício			1.845.045.184				1.845.045.184
Movimento do ano		99.943.748			(151.263.046)	151.263.046	99.943.748
Dotação do exercício	198.393.162						198.393.162
Resultado líquido do exercício						(961.561.548)	(961.561.548)
Saldo no fim de 2016	2.384.667.281	7.330.790.305	4.168.256.858	(672.595.848)	(3.413.043.772)	(961.561.548)	8.838.513.276
Aplicação de resultados					(961.561.548)	961.561.548	-
Movimento do ano	11.694.316	347.252.542	649.351.649				1.008.298.507
Resultado líquido do exercício						(133.609.539)	133.609.539
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	2.396.361.597	7.678.042.847	4.817.608.507	(672.595.848)	(4.374.605.320)	(133.609.539)	9.711.202.244

9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Tabela 6: (Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do período	(133.609.539)	(961.561.548)
Ajustamentos ao resultado relativos a:		
Depreciações e amortizações do exercício	375.736.591	371.601.412
Aumento de provisões	119.658.406	-
Juros líquidos	-	-
Aumento/redução de inventários	(34.237.663)	(828.085)
Aumento de clientes e outros activos financeiros	(273.676.370)	(709.530.812)
Redução/aumento de outros activos correntes	344.938.627	82.165.279
Redução/aumento de fornecedores e outros passivos financeiros	(66.137.995)	614.306.355
Redução/aumento de outros passivos correntes e não correntes	(10.220.717)	(65.853.516)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	322.451.340	(669.700.915)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(117.471.057)	(1.807.502.481)
Aquisição de activos intangíveis	(17.299.446)	(5.937.728)
Outros investimentos	(1.264.880.465)	(3.187.071.088)
Juros e rendimentos similares	-	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(1.399.650.968)	(5.000.511.297)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	921.386.984	3.493.323.816
Outras operações de financiamentos	761.202.096	2.143.382.094
Pagamentos respeitantes a:		
Reembolsos de empréstimos e outros financiamentos obtidos	(191.902.571)	(203.414.431)
Juros e gastos similares	(56.396.014)	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	1.434.290.495	5.433.291.479
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	357.090.867	(236.920.733)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	841.442.511	1.078.363.244
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.198.533.378	841.442.511



RELATÓRIO e CONTAS 2017

10. ENTIDADE A REPORTAR

Criado no âmbito da implementação do QGD em 1998, o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) é uma instituição pública de âmbito nacional, dotada de personalidade jurídica e com autonomia financeira, administrativa e patrimonial, tutelada sectorialmente pelo Ministro das Obras Publicas e Habitação que superintende a Área de Abastecimento de Água e financeiramente pelo Ministro das Finanças, que superintende a Área das Finanças.

O FIPAG tem como função principal gerir o Património e o Programa de Investimento Público nos Sistemas de Abastecimento de Água das seguintes cidades: Nampula, Nacala, Angoche, Pemba, Lichinga, Cuamba, Beira/Dondo, Quelimane, Chimoio/Gondola/Manica, Tete/Moatize, Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Maputo/Matola/Boane.

No que refere a gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água, a excepção dos demais, onde o FIPAG faz uma gestão transitória directa, o Sistema de Maputo/Matola/Boane é gerido por um Operador Privado (AdEM) através de um Contracto de Cessão de Exploração, que foi extendido por mais 5 anos a partir de 1 de Dezembro de 2014, sendo detida pelo FIPAG, com uma participação maioritária de 73 por cento das acções.

O quadro legal do funcionamento do FIPAG foi introduzido pelo Decreto n.º.73/98, de 23 de Dezembro, e mais tarde emendado pelo Decreto n.º 48/2012 de 28 de Dezembro. Assim, são objectivos do FIPAG:

- Agir, em nome do Estado, como interlocutor principal com o operador privado;
- Gerir, de forma eficiente e financeiramente viável, o programa de investimento público e privado nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados;
- Gerir os bens operacionais e de exploração afectos aos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados, a título transitório e pelo período estipulado;
- Delegar a exploração ou a gestão dos sistemas de abastecimento de água a entidades de direito privado e proceder ao seu acompanhamento e supervisão;
- Promover a rentabilização dos serviços de abastecimento de água através da participação nas sociedades, bem como a capacitação e desenvolvimento de operadores nacionais.
- Provada a sua viabilidade técnica ou financeira, o FIPAG pode propor à tutela a aprovação da constituição de sociedades comerciais, associações ou fundações, em que o FIPAG seja parte, bem como participar em sociedades, consórcios e outras entidades afins, cujo objecto social seja o serviço público de abastecimento de água urbano, ou actividade conexas ou complementar àquele serviço, ou ainda promover a sua formação nos termos da legislação aplicável.

11. BASE DE PREPARAÇÃO

BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes com uma periodicidade duodecimal em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A amortização dos mesmos é efectuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima manutenção, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados. Os demais dispêndios com reparações, manutenção e conservação são reconhecidos como um custo do período em que são incorridos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Os activos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de

activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do rendimento integral, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis do FIPAG são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Vida útil estimada (em anos)

Software – PHC	10
Software – PRIMAVERA	10

O FIPAG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuada através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício. O custo de aquisição inclui todos os gastos directos ou indirectos até à sua entrada em armazém.

DESCRIÇÃO	TAXAS	ANOS
Construções	2-5%	20-50
Equipamento básico	10%	10
Mobiliário e equipamento administrativo e social	25%	4
Equipamento de transporte	10%	10
Ferramentas e utensílios	12,5%	8
Outros activos tangíveis	10%	10
Investimentos em curso	33,33%	3